



PROPOSTAS APROVADAS NO 3º CONTEC

PLANO DE AÇÕES E DE LUTAS

1. Que a Fenajufe combata as práticas da Anajus contra a valorização dos técnicos consistente na mudança do requisito de escolaridade (NS) para ingresso no cargo;
2. Que a Fenajufe promova reuniões periódicas com os diretores-gerais dos Tribunais Superiores;
3. Que a Fenajufe mapeie a posição de cada um dos diretores-gerais dos Tribunais Superiores;
4. Que a Fenajufe promova ações para que o NS seja apreciado com a maior brevidade possível no Plenário do STF;
5. Que a Fenajufe organize um grande ato em frente ao STF com todos os sindicatos filiados à Fenajufe;
6. Que a Fenajufe oriente os sindicatos filiados à Fenajufe para que façam mobilizações, realizando panfletagem, atos, confecção de faixas, cartazes, placas, camisetas, *banners*, grupos de whatsapp, rede social, nos Tribunais, fora do horário de serviço;
7. Que a Fenajufe oriente os sindicatos a visitarem Magistrados, Deputados, Senadores, OAB, Procuradores e todas as autoridades, solicitando cartas de apoio ao NS;
8. Que a Fenajufe oriente os sindicatos para que esclareçam que eventuais propostas contrárias ao NS apresentadas nos sindicatos de base contrariam deliberação da categoria que foi em prol do NS;
9. Considerando a Resolução do CNJ nº 219/2016, que a Fenajufe oriente os sindicatos de base para atuem junto às administrações dos tribunais para que não haja discriminação entre as categorias de Técnico e Analista no tocante às distribuições de funções comissionadas;
10. Que a Fenajufe oriente os sindicatos de base a realizarem atos de 2 (duas) horas a serem promovidos pelos sindicatos estaduais nas justiças trabalhistas, eleitoral, federal e militar (estado onde tiver);



11. Que a Fenajufe aja coativamente e juridicamente, se necessário, contra os ataques da Anajus;
12. Que a Fenajufe solicite aos tribunais relatórios estatísticos e qualitativos de:
 - 12.1 Técnicos x Analistas (efetivo)
 - 12.2 Técnicos com nível superior - graduação
 - 12.3 Técnicos com Pós/Mestrado/Doutorado
 - 12.4 Técnicos que ocupam FC – 1, 2, 3, 4, 5, 6
 - 12.5 Técnicos que ocupam CJ – 1, 2, 3...
 - 12.6 Analistas que ocupam FC- 1, 2, 3...
 - 12.7 Técnicos e Analistas inativos;
13. Que a Fenajufe prepare cartilha de esclarecimento sobre NS para distribuição nos estados;
14. Que a Fenajufe officie os sindicatos orientando-os a realizar reuniões/seminários frequentes visando atualizar a base sobre os avanços da pauta NS, bem como as diretrizes a serem adotadas;
15. Fenajufe deve estabelecer calendário com ações Pró-NS:
 - 15.1 Retomar Comissão do STF;
 - 15.2 Contato com SGPs e DGs;
 - 15.3 Encontro periódicos dos Técnicos;
16. Que a Fenajufe encomende um estudo sobre saúde e bem-estar dos Técnicos na ambiente de trabalho e sua correlação com o fosso salarial em relação às demais categorias.
17. Que a Fenajufe viabilize, através de convocatória ou outros meios que julgue conveniente, a mobilização de caravanas de Técnicos Judiciários – via sindicatos, para cobrar dos tribunais superiores a reunião de seus DGs para efetivamente analisarem o encaminhamento do PL do NS.
18. Que haja manifestação do NS pela Fenajufe na porta do STF (2 vezes por mês) pelos servidores NS, com a participação dos sindicatos de base e ampla divulgação.



19. Que a Fenajufe oriente os sindicatos para que unidos façam pequenos folhetos a serem entregues nos principais órgãos de Brasília e informativos a serem entregues pelo representante do órgão, sindicatos e servidores técnicos NS;
20. Que a Fenajufe produza abaixo-assinado de cada órgão componente da Comissão Interdisciplinar do STF feito e elaborado por servidores técnicos NS a ser encaminhado ao STF, Ministra Carmén Lúcia;
21. Criação de *bottons* para os técnicos de Brasília nos órgãos superiores, STF e tribunais regionais a serem utilizados em favor do NS;
22. *E-MAILS* sobre a extinção do cargo de Técnico e informativo aos servidores filiados de todo o Brasil;
23. Incluir no debate de carreira uma melhor delimitação das atribuições dos cargos de técnicos e analistas, a fim de que as tarefas desempenhadas por cada cargo correspondam à realidade, buscando evitar um novo desvio de função, bem como estando explícita a atribuição distinta de cada cargo, se combata o divisionismo existente e crescente entre os cargos.
24. Tendo em vista a superação das primeiras etapas do processo de implantação do NS, com elaboração, proposta e aprovação de minuta do NS na Plenária de João Pessoa, e considerando a necessidade de ajuste e adequação da retórica do discurso de convencimento da administração, propomos a utilização de dados estatísticos referentes às licenças e aposentadoria por invalidez por motivo de adoecimento psíquico como subsídio para embasamento e atualização dos documentos pró NS. O objetivo deste ajuste no discurso pró NS é demonstrar aos gestores de pessoas que o NS pode servir como fator de motivação dos técnicos, incrementando sua autoestima e, assim, a qualidade da prestação jurisdicional na esteira dos princípios da eficiência previsto no Art. 37 da Constituição;
25. Propomos, também, que no bojo da resolução aprovada na Plenária ocorrida no dia 8 de julho de 2017, que aponta para a necessidade de ações para a promoção da saúde do servidor, a Fenajufe envie ofício ao CNJ com base na Lei de Acesso à Informação, para que aquele órgão forneça os quantitativos referentes às licenças e aposentadoria por invalidez por causa psíquica;



26. Revisar e atualizar os esclarecimentos sobre o NS;
27. Com base na resolução aprovada na reunião ampliada da Fenajufe no dia 9 de julho de 2017, com base na Lei de Acesso de Informação (LAI) e respectiva regulamentação no âmbito do CNJ, encaminhar ofício solicitando o quantitativo de licenças por doenças psíquicas e/ou aposentadorias por invalidez decorrentes de doenças psíquicas;
28. Elaborar diretrizes de campanha de *marketing* para a opinião pública sobre o NS (informar a sociedade a injustiça que os Técnicos Judiciários estão sofrendo em sua própria “casa”);
29. Orientar sindicatos a:
 - 29.1 Criarem ou reativarem os núcleos/coletivos dos Técnicos Judiciários nos sindicatos;
 - 29.2 Visitarem magistrados, ministros e presidentes de tribunais e conselhos superiores para solicitar apoio por escrito ao NS (enviar carta-modelo de manifestação de apoio ao NS);
 - 29.3 Enviarem aos Técnicos Judiciários o “Memorial-NS” e os “Esclarecimentos-NS”;
 - 29.4 Adquirirem camisas para os Técnicos Judiciários com os dizeres “Valorização dos Técnicos Judiciários” ou outro similar;
 - 29.5 Recomendarem a utilização das aludidas camisas uma vez por semana pelos Técnicos Judiciários e suas respectivas bases territoriais;
 - 29.6 Instalarem periodicamente faixas nas portas dos tribunais (principalmente STF) e nos conselhos superiores;
- 30 Instituírem ações para realização de:
 - 30.1 Campanha de valorização da imagem do Técnico Judiciário junto à opinião pública;
 - 30.2 Atos e panfletagens nas portas dos tribunais (principalmente STF) e nos conselhos superiores;
 - 30.3 Caravanas dos Técnicos Judiciários à Brasília para atos e manifestações;
 - 30.4 Operação-padrão periódica pelos Técnicos Judiciários (cumprimento estrito da Legislação, deixando de realizar tarefas diversas de suas atribuições por certo



período);

30.5 Paralisações progressivas dos Técnicos Judiciários, com duração de uma hora, duas horas, etc.;

30.6 Greve dos Técnicos Judiciários pela sua valorização.

31. Desenvolver estudo técnico sobre o real impacto orçamentário para uma futura implementação de uma sobreposição de tabela, com a finalidade de contrapor as falácias da Anajus.

32. Que a Fenajufe solicite que os Tribunais enviem cópia dos ofícios ao STF, aos requerentes, e estes, à Fenajufe;

33. Delimitar prazo de até 60 dias para os sindicatos definirem estratégias junto ao Núcleo dos Técnicos, para conscientizar a base jurídica da importância do NS, como requisito de ingresso no cargo de Técnico Judiciário, com as justificativas apresentadas pela Comissão Interdisciplinar de carreira do PJU e MPU nos Tribunais Superiores.

34. Que tais justificativas sejam enviadas aos sindicatos e aos Núcleos de Técnicos, diretamente a cada responsável;

35. Em toda mesa de negociação colocar o assunto NS na pauta;

ORGANIZAÇÃO NOS SINDICATOS

- 1- Que a Fenajufe incentive a criação de Núcleos de Técnicos Judiciários Intersindicais onde houver sindicatos diferentes em uma mesma base territorial;
- 2- Que a Fenajufe incentive a criação de Núcleos de Técnicos Judiciários nos sindicatos que não possuem tal coletivo;
- 3- Que haja intercâmbios entre os coletivos, visando diminuir a fragmentação da categoria.

AÇÃO PARLAMENTAR

- 1- Criação de uma Frente Parlamentar (Deputados e Senadores) para defesa dos técnicos junto ao STF e Tribunais Superiores.



REALIZAÇÃO DO 4º CONTEC

1. Que a Fenajufe convoque o 4º CONTEC para o mês de setembro de 2017.

MOÇÕES

- 1- Publicação de uma carta aberta da reunião;
- 2- Seja aprovada moção de repúdio contra a Anajus e os ataques desta entidade contra o pleito do NS para os veículos judiciários do PJU e MPU.

ORIENTAÇÃO À BASE

1. Que a Fenajufe oriente os sindicatos a visitarem magistrados de 1º e 2º grau, ministros e presidentes de Tribunais Superiores e Conselhos Superiores de Justiça, Deputados, Senadores, OAB, PGR, MPF entre outras instituições e autoridades, solicitando apoio formal ao NS através da assinatura de cartas a serem remetidas posteriormente ao STF pela Fenajufe ou pelo próprio sindicato de base (Fenajufe enviará modelo da carta junto à orientação).
2. Que a Fenajufe oriente os sindicatos a esclarecerem que, em face de eventuais de propostas contrárias ao NS, há deliberação da categoria pela mudança do requisito de escolaridade para ingresso nos cargos de técnico judiciário e do MPU para nível superior.
3. Que a Fenajufe oriente os sindicatos a realizarem atos de 2 (duas) horas em prol do NS nas justiças trabalhistas, eleitoral, federal e militar da União (caso haja).
4. Que a Fenajufe oriente os sindicatos a realizarem reuniões/seminários visando atualizar a base sobre os avanços da pauta NS e também esclarecer sobre as diretrizes e ações do sindicato em prol do NS.



5. Que a Fenajufe oriente os sindicatos a criarem ou reativarem os núcleos/coletivos regionais de técnicos do PJU/MPU nos sindicatos.
6. Que a Fenajufe oriente os sindicatos acerca da criação de núcleos/coletivos regionais de técnicos intersindicais onde houver mais de um sindicato na mesma base territorial de servidores do PJU/MPU;
7. Que a Fenajufe oriente os sindicatos a divulgarem/publicarem o “Memorial-NS” e os “Esclarecimentos-NS” da Fenajufe disponível no seguinte *link*: <http://www.fenajufe.org.br/index.php/imprensa/ultimas-noticias/ns/124-documentos-ns>

AÇÃO JUDICIAL

1. Entrada de um processo judicial da Fenajufe contra a Anajus (com relação ao NS).

A Fenajufe orienta os sindicatos filiados a ingressarem imediatamente e concomitantemente com as medidas propostas abaixo (judiciais e/ou administrativas) contra a ANAJUS e o SINAJUS, a saber:

Adotar imediatamente e concomitantemente todas as medidas judiciais e administrativas cabíveis contra a ANAJUS e o SINAJUS, especialmente aquelas previstas no Parecer Técnico-Jurídico, de 2/8/17, e na Complementação do Parecer Técnico-Jurídico, de 8/9/17, ambos da Assessoria Jurídica contratada pela FENAJUFE (mediação, TAC, ações ordinárias, de reparação de dano etc), ora anexados, visando garantir a defesa dos direitos e interesses da categoria dos servidores do Poder Judiciário Federal e do Ministério Público da União, especialmente no que tange a demanda da alteração do requisito de escolaridade para ingresso no cargo de Técnico Judiciário do PJU e Técnico do MPU, inclusive contra jornais ou quaisquer outras entidades ou meios de comunicação.

Segue o link <https://we.tl/fsPvoFwr1Y> com as provas para as ações judiciais.

Os sindicatos devem informar para a Fenajufe assim que a medida for tomada.